



IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL  
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E  
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024  
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



**GT:** Movimentos Sociais e Educação do Campo.

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO: FORMAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA X PREPARAÇÃO PARA O MERCADO**

Antonia Marcleide Monteiro da Silva<sup>1</sup>

Sandra Maria Gadelha Carvalho<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho como parte de um estudo, trata de uma análise do percurso histórico da educação do campo, como uma ramificação da educação brasileira, cujos protagonistas são os movimentos sociais, tradicionalmente experienciado pelos povos tradicionais: originários, quilombolas, assentamentos da reforma agrária e comunidades rurais. Educação do Campo, requer uma série de características que dialogam com as dimensões e os elementos que constituem a identidade desses povos. O desafio é analisar o conjunto das matrizes da formação compreendendo-o numa perspectiva emancipatória, contrapondo a formação para o mercado de trabalho. Discute as tensões encontradas nesse fazer que envolve as lutas, a cultura, a organização coletiva, a história e as estratégias educacionais que materializam as contradições que se erguem no dia a dia dos camponeses.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação do Campo. Emancipação Humana. Identidade Camponesa.

### **INTRODUÇÃO**

A educação do Campo, surge no contexto de lutas dos movimentos sociais do campo, onde justiça social é o grande lema, dos sujeitos que estão envolvidos nesse contexto. Um cenário próprio para promoção da igualdade, organizada e pensada pela coletividade. No sentido de avaliar as políticas de estado e como elas reverberam na educação dessas populações, faremos uma rápida análise nas metodologias, vivências, territorialidade e como esses sujeitos concebem a formação na perspectiva da emancipação. Ao definir territorialidade vale ressaltar e destacar o território para além da localização e aspectos geográficos. Mas, as relações sociais e culturais que se realizam nesses espaços, o nível de conscientização desses sujeitos e a defesa da identidade camponesa. Assim sendo

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos/FAFIDAM, e-mail: [marcleide.silva@aluno.uece.br](mailto:marcleide.silva@aluno.uece.br).

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos/FAFIDAM e-mail: [sandra.gadelha@uece.br](mailto:sandra.gadelha@uece.br).



IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL  
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E  
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024  
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



entendida, um leque de possibilidades se abre em torno do tipo de educação que é defendida e vivida na formação ocorridas na escola e nos espaços informais de discussão e práticas.

Entendemos que em uma área, seja de reforma agrária ou outras comunidades rurais, que predomina os conceitos internalizados das matrizes da formação humana, há poder emancipador na transformação da realidade. Sobretudo se esses sujeitos tiverem participação efetiva na elaboração das propostas ou estejam sinalizando inconformidade com as elaboradas, por pessoas que não vivenciam essa realidade.

Graças a participação dos camponeses no cenário político social, já se consegue perceber, segundo Arroyo et al. (2004, p. 9), “uma maior atenção dos Governos Federal, Estaduais e Municipais para seu dever de garantir o direito à educação para milhões de crianças e adolescentes, de jovens e adultos que trabalham e vivem no e do campo”. A luta e defesa por uma educação emancipadora, soberana e igualitária vai ocorrer por militantes ativos, beneficiários das reformas, simpatizantes, camponeses e camponeses. A esses é dado pela própria luta, a garantia que nada será em vão. Que a luta não se destina a mediar conflitos, mas a constituir sujeitos protagonistas da história; através da memória, da luta social; através da organização coletiva e pela educação que se manifesta na vida cotidiana através da consciência de classe, dos diálogos e dos acessos as políticas públicas.

À proporção que essa dinâmica vai sendo entendida pelos sujeitos do campo, mais exigentes e criteriosos vão se tornando, de forma que em um dado momento, não é mais qualquer movimento que satisfaz a esse protagonismo que é vivo, dinâmico e crítico. A partir do momento em que os povos do campo se compreendem como parte da sociedade, passam a exigir qualificação ao invés de treinamentos meros e burocráticos.

Conforme Arroyo et al. (2004, p. 15), “esta visão do campo como um espaço que tem suas particularidades e que é ao mesmo tempo um campo de possibilidades da relação dos seres humanos com a produção das condições de sua existência social”, deve ser considerada ao elaborar as políticas para o campo, em especial as estratégias metodológicas escolares, os conteúdos a serem trabalhados nas escolas, desde as séries iniciais e retomada na educação dos jovens e adultos através de suas memórias coletivas. Por fim, nesse sentido, na identidade camponesa, o conjunto das especificidades dessa parte da sociedade denominada “campo”, ainda de acordo com Arroyo, “confere à Educação do Campo o papel de fomentar reflexões sobre um novo projeto de desenvolvimento e o papel do campo neste projeto”.



IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL  
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E  
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024  
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



## PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

O presente estudo, como parte de uma pesquisa de mestrado, trata-se de um estudo de natureza qualitativa e bibliográfica. Assim, percorre documentos normativos das brigadas e secretarias do MST, nos PPPs das escolas do campo. Parte dessa pesquisa está sendo instrumentalizada por um elemento significativo, presente tanto na estrutura política dos assentamentos, como na auto-organização das escolas do campo: o planejamento coletivo. É sobre esse elemento que vamos tecer os primeiros diálogos, pois através do planejamento coletivo, que se dá em todas as instâncias do território: associações, grupos de mulheres, grupos de jovens, coletivos de educadores e educadoras, coordenações dos núcleos de base e as coordenações dos coletivos.

Percorremos inclusive o planejamento dos educadores e educadoras de uma escola do campo, fazendo uma leitura de como se dá o vínculo da metodologia do movimento sem-terra dentro de um equipamento financiado pelo estado e organizado politicamente por este movimento.

Mapeamento das localidades que recebem assistência técnica e extensão rural e quais institutos realizam essas assistências, bem como seu vínculo com o agronegócio; Mapeamento das práticas agroecológicas, artesanatos, sistemas de reúso das águas cinzas, sistema agroflorestal, dentre outras; Os mapeamentos ocorrem através de um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), com a participação de educandos, educandas, educadores e educadoras, diretamente no território, em meio a visitas, assembleias nos assentamentos e localidades rurais que compõem o território.

O objetivo do diagnóstico, é subsidiar o planejamento escolar, fazendo uma análise avaliativa de quais práticas se constituem resistência ao sistema capitalista, são emancipadoras, promotoras da agroecologia e soberanias: alimentar, hídrica, das forragens.

O planejamento escolar analisa e avalia as práticas pedagógicas, resultados das avaliações e condições em que os estudantes estão sendo avaliados;

Os resultados da pesquisa, são compartilhados na semana pedagógica, envolvendo análise de conjuntura e planejamento por complexo de estudo no início de cada ano letivo, com participação da comunidade escolar e militância do MST.

Avaliação das práticas no sentido de identificar traços emancipatórios da ação humana e como o coletivo de militantes educadores e educadoras devem intervir nos ‘treinamentos’ imbricados não financiamento empresarial da educação.



IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL  
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E  
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024  
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação do campo originou-se como resultado das lutas do Movimento Sem Terra (MST) e outros movimentos camponeses, com claros objetivos: Superar as desigualdades e promover justiça social. Sabemos, que paradigmas e intensos desafios se erguem em torno desses objetivos. O caminho de resistência para a manutenção dos ideais da educação camponesa, geram outros processos, que se contrapõe ao que é posto pelo estado: uma educação com os moldes urbanos, aplicada as populações do campo. Reconhecemos que as militâncias como representação dos camponeses e camponesas, tem fincado os pés em defender o campo da educação do campo e nos últimos anos, como legítimos representantes, não aceitam qualquer tipo de educação. Uma educação que não dê conta dos saberes historicamente construídos, não interessa aos camponeses e camponesas.

Em virtude do caráter emancipador das escolas, deve ser considerado tudo que defenda a vida em todas as suas dimensões, como defende Caldart (2016), “por questões éticas, pois há necessidade de se desenhar uma sociedade mais justa e igualitária”, “por questões de sobrevivência, pois as escolas devem contribuir com o processo formativo”, “por questões epistemológicas e pedagógicas uma vez que o tratamento da vida real, como ela se manifesta e suas possibilidades, podemos mais facilmente compreender uma determinada concepção de conhecimento.” Essas concepções exigem muitas práticas, a fim de superar os conflitos que surgem no campo da educação do campo. Desafios que perpassam por uma série de fatores: formação de professores, currículo escolar, diálogo com a comunidade, consciência de classe, tendem a gerar conflitos entre os pares, pois os interesses caminham por diversas dimensões: sociais, econômicas e culturais.

Se por um lado o estado trata a escola do campo como mais um equipamento de formação de mão de obra, do outro os movimentos sociais buscam efetivar a reforma agrária popular, por uma educação do campo emancipadora, que toma forma e conteúdo a partir dos complexos de estudos e envolvimento de todos os sujeitos envolvidos. Esses elementos devem dialogar constantemente com a pedagogia do movimento para que não andem na contramão da história e se instale uma educação rural nas áreas de reforma agrária. O presente trabalho, é parte metodológica dos componentes integradores das escolas do campo, do planejamento escolar, da práxis pedagógica e do diálogo incessante com a comunidade.



IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL  
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E  
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024  
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal vínculo da educação do campo, é sem dúvida os trabalhadores e as trabalhadoras do campo, sem terra e sem meios para produzir os alimentos e outros meios de sobrevivência. O protagonismo da educação do campo é o chão dos movimentos sociais; território da reforma agrária, popular, educação de jovens e adultos, comunidades e povos tradicionais.

Vale lembrar que essa conversa, será primeiramente com aqueles que estão dispostos a se organizar, construir e lutar contra o sistema societário. A educação só é emancipadora quando os sujeitos organizados por uma causa social, trazem os conteúdos e formas e os enquadram nos diversos aspectos da vida das pessoas. Os resultados desse estudo, tendo por base as vivências e experiências na escola do campo, enquanto segmento formativo na educação do campo e nas áreas de reforma agrária, pretende subsidiar as pautas de lutas de todos que compõem essas realidades na construção da reforma agrária popular.

## REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. **Educação em movimento**. Formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis – RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. A escola do campo em movimento. In.: ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma educação do campo, 2004. (Por uma educação do Campo 5).

FERNANDES, Bernanrdo Mançano *et al.* Primeira Conferência nacional por uma educação do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.